

GA Jundiaí Locação de

CNPJ: 13.199.438/0001-92

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12







GA Jundiá Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	344	1.654
Contas a receber de clientes	4	182	164
Valores a receber de partes relacionadas	21.b		24
Tributos a recuperar	5	312	38
Outros ativos circulantes	6	<u>24</u>	<u>42</u>
Total do ativo circulante	-	<u>862</u>	<u>1.922</u>
Ativo não circulante			
Propriedades para investimentos	7	20.211	20.087
Imobilizado e Intangível	8	<u>16</u>	<u>30</u>
Total do ativo não circulante	-	<u>20.227</u>	<u>20.117</u>
Total do ativo	-	<u>21.089</u>	<u>22.039</u>
		<u> </u>	<u> </u>
		<u> </u>	<u> </u>
		<u> </u>	<u> </u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Jundiá Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	39	53
Obrigações trabalhistas	10	46	42
Obrigações tributárias	11	128	143
Outros passivos	12	526	1.453
Valores a pagar de partes relacionadas	21.b	19	14
Provisões para contingências	13		-
Total do passivo circulante	-	758	1.705
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido	14	3.430	3.404
Total do passivo não circulante	-	3.430	3.404
Patrimônio líquido			
Capital social	15	10.881	10.881
Reserva de Lucros	-	6.020	6.049
Total do patrimônio líquido		16.901	16.930
Total do passivo e patrimônio líquido		21.089	22.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Jundiaí Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	2.737	2.405
Custos operacionais	17	<u>(604)</u>	<u>(733)</u>
Lucro bruto	-	<u>2.133</u>	<u>1.672</u>
Despesas operacionais	18	(699)	(232)
Resultado de ajuste a valor justo das propriedades para investimento	7	84	3.754
Depreciação e Amortização	8	(13)	(13)
Outras receitas / (despesas) diversas	19	<u>151</u>	<u>214</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	-	<u>1.656</u>	<u>5.395</u>
Receitas financeiras	20	206	110
Despesas financeiras	20	<u>(35)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro líquido	-	<u>171</u>	<u>109</u>
Lucros antes dos impostos	-	<u>1.827</u>	<u>5.504</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(118)	(380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>(26)</u>	<u>(363)</u>
Lucros líquidos dos exercícios	-	<u>1.683</u>	<u>4.761</u>
Lucro por ação		<u>0,1546</u>	<u>0,4376</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Jundiaí Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido dos exercícios	1.683	4.761
Outros componentes dos resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u> -
Total do resultados abrangentes dos exercícios	<u>1.683</u>	<u>4.761</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Jundiaí Locação de Espaço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
	Capital social	(-) Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.881	-	79	2.340	-	-	13.300
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.761	-	4.761
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	(1.131)	-	(1.131)
Constituição de reserva legal	-	-	238	-	(238)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	3.392	(3.392)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.881	-	317	5.732	-	-	16.930
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.683	-	1.683
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	84	-	(1.796)	-	(1.712)
Retenção de lucros	-	-	-	(110)	110	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.881	-	401	5.622	(3)	-	16.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA Jundiá Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	1.683	4.761
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	13	13
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(84)	(3.754)
Provisão para perdas esperadas	25	(7)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	145	743
	<u>1.782</u>	<u>1.756</u>
Variações nos ativos e passivos		
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos:		
Contas a receber de clientes		(31)
Tributos a recuperar	(274)	2
Outros ativos circulantes	35	(24)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos:		
Fornecedores	(14)	19
Obrigações tributárias	(134)	(4)
Outros passivos	(919)	(56)
Obrigações trabalhistas	4	(19)
Provisões para perdas com causas judiciais	(25)	(10)
	<u>455</u>	<u>1.633</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Impostos pagos sobre o lucro		(274)
	<u>455</u>	<u>1.359</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao imobilizado e intangível		(5)
Adições a propriedades de investimento	(39)	(96)
	<u>(39)</u>	<u>(101)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimento		
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:		
Recursos provenientes de mútuo com parte relacionada		-
Dividendos		(100)
Partes relacionadas	5	(10)
Aporte de capital social		-
Variação patrimonial	(1.713)	
	<u>(1707)</u>	<u>(110)</u>
Fluxos de caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		
	<u>(1.292)</u>	<u>1.148</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.817	506
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	526	1.654
	<u>1.292</u>	<u>1.148</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A GA Jundiaí Locação de Espaço S.A. (“Companhia”) está localizada na Avenida Marginal Norte da via Anhanguera, 4697, Jardim Sevilha, Jundiaí, SP. A companhia foi constituída em 06 de janeiro de 2011.

A Companhia tem por objeto a locação temporária de espaços individuais e privativos, destinados ao armazenamento de bens ou mercadorias, na modalidade de autosserviço, ou seja, com responsabilidade do locatário pela colocação, guarda, conservação ou retirada dos bens depositados, locação de salas e escritórios, venda de material de embalagens e armazenamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram concluídas e aprovadas pela diretoria em 9 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3 Investimento em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixar de existir.

As empresas investidas estão demonstradas abaixo:

Investida	Tipo	% Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A.	Coligada		0,001

Em 31 de dezembro de 2022 o investimento na GA BH Pampulha Locação de Espaço S.A. é próximo de zero, desta forma, em função da imaterialidade do saldo a administração optou por não realizar demais divulgações sobre esta investida.

2.2 Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações financeiras

2.2.1 Resultado do exercício

A receita de prestação de serviços é reconhecida por meio do regime de competência. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência quando previsíveis e pelo regime de caixa quando imprevisíveis. Os custos de mercadorias vendidas são apurados pelo regime de competência.

2.2.2 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.2.4 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bem para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário sob arrendamento financeiro) para uso na produção ou fornecimento de bens ou para finalidades administrativas.

As propriedades para investimentos são inicialmente registradas pelo respectivo custo de aquisição e subsequentemente ao reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é avaliada pelo valor justo utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado ("FCD").

Alguns custos incorridos após a aquisição, construção ou produção de uma propriedade de investimento são capitalizados como parte do seu custo, quando aplicável.

2.2.5 **Imobilizado**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *(iii) Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada exercício social. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Taxas depreciação
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Equipamentos de comunicação	10%

2.2.6 **Intangíveis**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos ativos intangíveis são as seguintes:

Bens	Taxas amortizações
Software	20%

2.2.7 *Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8 *Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício (“Lucro Real”). O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.2.9 *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais*

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis e possíveis são divulgados em nota explicativa;
- (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como prováveis ou possíveis, sendo provisionado o valor de 75% e 37,5% do valor da causa, respectivamente, desde que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, pois não dependem da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.10 *Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de impairment. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.2.11 *Instrumentos financeiros*

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis ao custo amortizado e ao seu valor justo. A classificação

depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.12 *Ajuste a valor presente*

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.

2.2.13 *Demonstrações dos fluxos de caixa*

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de

caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2.14 *Capital social*

(i) *Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) *Adiantamentos para futuro aumento de capital*

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, através de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

2.3 **Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 4.b - Provisão para perdas de crédito esperadas: Valores de locações de espaços temporários a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior à um ano.

A Companhia adota as taxas abaixo para reconhecer as perdas dos títulos vencidos:

Taxa de perda estimada %

- De 0 – 120 dias 0%
- Acima de 120 dias 100%
- Acima de 180 dias Perda

- **Nota explicativa nº 7** - Determinação do valor justo de propriedades para investimento: Ao mensurar o valor justo das propriedades para investimento, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos dessas propriedades são classificados como

nível 3, ou seja, baseados em inputs, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), cujo as premissas utilizadas estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.

- **Nota explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Quando estes processos ocorrem, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conforme nota explicativa nº 13.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.b.** - propriedade para investimento

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)*

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(ii) *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).*

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

O Grupo não espera efeito dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

(iii) *Outras Normas*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23)

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor:

	2023	2022
Caixa e Bancos	344	336
Aplicações financeiras (a)	-	1.318
	344	1.654

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa de 70% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e são representadas por aplicações em CDBs, que permitem resgate antecipado.

4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	63	55
Outras Contas a receber (i)	127	117
(-) Provisão para Perdas Esperadas	(8)	(8)
	182	164

- (i) Este saldo de 2022, no valor de R\$ 117, referem-se a valores a serem repassados a Companhia por emissoras de cartão, decorrente do pagamento feito por clientes usando cartão de crédito.

a. Composição dos saldos e por prazo de vencimento:

	2023	2022
Valores a vencer	20	10
Valores vencidos		
De 01 a 30 dias	29	26
De 31 a 60 dias	1	4
De 61 a 120 dias	5	7
Acima de 121 dias	8	8
	63	55
Total		

b. Movimentação das provisões para perdas esperadas:

	2023	2022
Saldo inicial	(8)	(15)
Adições	14	(17)
Baixas	(14)	24
Saldo final	(8)	(8)

A Companhia reconhece a provisão para perdas esperadas para itens em atraso a mais de 120 dias e a partir de 180, caso a inadimplência continue o contrato e baixado para perdas.

5 Tributos a recuperar

Os saldos a recuperar e compensar de impostos deriva da operação da Companhia (nota 1 contexto operacional), e são basicamente recuperados e compensados no mês a mês, os saldos acumulados nos anos de 2023 e de 2022 são os que seguem:

	2023	2022
IR s/aplicação financeira	46	1
COFINS a recuperar	15	2
PIS a recuperar	8	-
IRRF retido a compensar		-
ICMS a recuperar		1
IRPJ estimativa	38	22
CSLL estimativa	32	12
	129	
	44	
	312	38
Total	312	38

6 Outros ativos circulantes

	2023	2022
Outros créditos	24	42
	24	42

7 Propriedade para Investimentos

As propriedades para investimento são representadas por imóveis que são padronizados e utilizados para locação a pessoas físicas ou jurídicas para a guarda de bens na modalidade autosserviço. Cada contrato tem um período inicial não revogável de 1 mês com o valor mensal do aluguel fixado por meio de contrato entre as partes. Renovações subsequentes são negociadas com os clientes ou são realizadas de forma automática, de acordo com a característica de cada contrato.

a. Mensuração do valor Justo

O Companhia adotou método do valor justo conforme pronunciamento técnico CPC 28 (Propriedade para investimento).

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliador interno, com qualificação profissional adequada e reconhecida e experiência no ramo de self storage.

O avaliador calcula o valor justo da propriedade para investimento a cada três meses. A mensuração do valor justo da propriedade para investimento foi classificada como nível 3 na hierarquia de valor justo, cujo as premissas gerais estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.

Abaixo a composição e movimentação das propriedades para investimento.

	2023	2022
Saldo inicial	20.087	16.404
Aquisições/Benfeitorias	39	96

Estorno de benfeitoria (i)	-	(167)
Ajuste a valor justo em propriedades para investimento	<u>84</u>	<u>3.754</u>
	<u>20.210</u>	<u>20.087</u>

b. Principais premissas utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa do valor justo utiliza o Método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”), cujo a projeção contempla os fluxos de caixa de 10 anos de operação e um valor terminal ao final do décimo ano, utilizando uma taxa de capitalização de 13,6% (9,6% em 2021).

8 Imobilizado e Intangível

Os detalhes dos ativos imobilizados da Companhia estão demonstrados a seguir:

Custo	Moveis e Utensílios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de Comunicação	Software	Total
31 de dezembro de 2022	<u>75</u>	<u>6</u>	<u>16</u>	<u>27</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>151</u>
Adições							
Baixas							
31 de dezembro de 2023	<u>75</u>	<u>6</u>	<u>16</u>	<u>27</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>151</u>
Depreciação/Amortização							
31 de dezembro de 2022	<u>(62)</u>	<u>(5)</u>	<u>(11)</u>	<u>(23)</u>	<u>(7)</u>	<u>(13)</u>	<u>(122)</u>
Depreciação do exercício	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(13)</u>
31 de dezembro de 2023	<u>(69)</u>	<u>(6)</u>	<u>(12)</u>	<u>(25)</u>	<u>(8)</u>	<u>(14)</u>	<u>(135)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>16</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>13</u>	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>4</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>30</u>

9 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	1	8
Fornecedores nacionais - Seguros	38	45
	<u>39</u>	<u>53</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Encargos sociais	-	11
Contribuições sociais	5	3
Provisão de férias e 13º salário	19	14
Provisão de bônus	22	14
	<u>46</u>	<u>42</u>

11 Obrigações tributárias

	2023	2022
Pis a recolher	4	4
COFINS a recolher	19	20
ISS retido a recolher	-	1
INSS retido a recolher	1	2
CSLL/PIS/COFINS - 4.65%	2	4
Contribuição sindical	-	1
IR a recolher	13	80
CS a recolher	5	31
Parcelamentos IRPJ/CSLL	83	-
	<u>127</u>	<u>143</u>

12 Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de clientes	-	11
Devolução de Cliente	-	15
Dividendos a pagar	504	1.404
Outras contas a pagar	22	23
	<u>526</u>	<u>1.453</u>

13 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesas do ano corrente	(118)	(380)
	<u>(118)</u>	<u>(380)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Diferenças temporárias	(26)	(363)
	<u>(26)</u>	<u>(363)</u>
Total de imposto de renda das operações	<u>(144)</u>	<u>(743)</u>

b. Reconciliação de despesas fiscais e alíquota de imposto efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.827	5.504
Alíquota nominal - %	34%	34%
Impostos normais	<u>(621)</u>	<u>(1.871)</u>
Efeitos tributários sobre:		
Reconciliação adicional de 10% sobre o imposto de renda	(18)	(95)
Compensação prejuízo fiscal do exercício para qual não foi constituído ativo fiscal diferido	61	174
Diferença temporária	(9)	(25)
Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	38	(242)
Constituição do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	457	1.316
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(118)</u>	<u>(380)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(26)</u>	<u>(363)</u>
Taxa efetiva	<u>19%</u>	<u>19%</u>

c. Ativos e passivos fiscais diferidos

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os tributos diferidos ativos e passivos	2023	2022
Ativo		
Provisão de Bônus	7	5
Provisão para perdas esperadas	3	3
Provisão para perdas com causas judiciais	-	-
Outras provisões	8	8
	<u>18</u>	<u>16</u>
Tributos diferidos ativos		
	<u>18</u>	<u>16</u>
Passivos		
Valor justo de propriedades para investimento (i)	(3.430)	(3.420)
	<u>(3.430)</u>	<u>(3.420)</u>
Tributos diferidos passivos		
	<u>(3.430)</u>	<u>(3.420)</u>
Total do diferido líquido		
	(3.430)	(3.420)

- (i) O montante de R\$ 3.404 refere-se a passivo diferido decorrente da variação do valor justo da propriedade para investimento (“PPI”) detida pela Companhia. A administração do grupo entende que o registro do passivo diferido reflete o eventual recolhimento às autoridades fiscais dos tributos cabíveis decorrentes de ganho de capital pelas futuras alienações dessa PPI.

(ii) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferido

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	(3.420)	(28)	(3.448)
Imposto passivo diferido	(3.420)	(28)	(3.448)
(-) Provisão de Bônus	5	2	7
(-) Provisão para perdas esperadas	3	-	3
(-) Provisão para perdas com causas judiciais	-	-	-
(-) Outras provisões	8	-	8
Imposto ativo diferido	16	2	18
Imposto diferido líquido	(3.404)	(26)	(3.430)

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	(3.056)	(364)	(3.420)
Imposto passivo diferido	(3.056)	(364)	(3.420)
(-) Provisão de Bônus	9	(4)	5
(-) Provisão para perdas esperadas	5	(2)	3
(-) Provisão para perdas com causas judiciais	1	(1)	-
(-) Outras provisões	-	8	8
Imposto ativo diferido	15	1	16
Imposto diferido líquido	(3.041)	(363)	(3.404)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possui ativos fiscais diferidos não constituídos, advindos do registro de prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados. Abaixo a composição dos valores:

	2023	2022
Prejuízo fiscal / Base negativa	254	432

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 10.881 (R\$ 10.881 em 31 de dezembro de 2021), composto por 10.881 ações ordinárias (10.881 ações em 2021).

Em novembro de 2021 na 14ª alteração contratual, a Companhia foi transformada de sociedade empresária limitada, para sociedade por ações de capital fechado. Em 31 de dezembro de 2022 a composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%	Valor
GUARDEAQUI I Fundo de invest. em Part. Multiestratégia	10.880	99,999%	10.880
GA RJ Maracanã Locação de Espaço Ltda.	1	0,001%	1
	10.881	100,00%	10.881

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva legal é de R\$ 401 (R\$ 317 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva de retenção de lucros é de R\$ 6.932 (R\$ 5.732 de 31 de dezembro de 2022).

c. Dividendos

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

2023

2022

Resultado do período	1.683	4.761
(-) Reserva legal (5%)	(84)	(238)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.599	4.523
Dividendos obrigatórios – 25%	400	1.131

Em 2023, a companhia realizou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor de R\$ 1.312, não tendo efetuado pagamento correspondente no ano de 2022. A contabilização foi registrada no grupo de contas do Patrimônio Líquido, conforme exigido pelo capital social dela."

15 Receita operacional líquida

	2023	2022
Vendas de mercadorias	10	8
Receitas com locações	3.008	2.644
Total	3.018	2.652
Deduções da Receita		
(-) ICMS	(2)	(1)
(-) COFINS	(229)	(202)
(-) PIS	(50)	(44)
Total	(281)	(247)
Total Receita líquida	(2.737)	2.405

16 Custos operacionais

	2023	2022
Revenda de material	(4)	(3)
Despesa com pessoal	(288)	(201)
Publicidade e Propaganda	(16)	(107)
Auditoria	(57)	(169)
Outros custos	(238)	(253)
	(603)	(733)

17 Despesas operacionais

	2023	2022
Despesas Gerais	(185)	(159)
Impostos, Taxas e contribuições	(79)	(59)
Despesas administrativas	(435)	(14)
	(699)	(232)

18 Outras receitas / (despesas) diversas

	2023	2022
Despesas indedutíveis	(35)	18
Resultados não operacionais (i)	193	211
Outras despesas operacionais (Perda)	(25)	(25)
Reversão (constituição) de provisões para contingências	-	10
Outras receitas	18	
	151	214

- (i) O valor de R\$ 193 corresponde a créditos apurados pela consultoria Sterling para compensação de PIS e COFINS, reconhecida no resultado como recuperação de despesas, mês a mês, no valor dos impostos apurados.

19 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita Financeira		
Juros de aplicação financeira	183	95
Juros ativos	23	15
	206	110
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(35)	(1)
	(35)	(1)
Resultado financeiro Líquido	171	109

20 Partes relacionadas

a. Pessoal chave da administração

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis, uma pessoa, ou um membro próximo de sua família está relacionada com a entidade que reporta a informação se: (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação; (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; e (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não realizou operações com o pessoal chave da administração.

b. Outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía R\$ 10 a pagar para a GA BR Locações, R\$ 6 para BH Pampulha, R\$ 2 para SP Tatuapé e R\$ 2 para SP Limão, cujo valor não possuía vencimento ou correção monetária.

21 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a Companhia possuía instrumentos financeiros quais sejam contas correntes e aplicações financeiras feitas com instituições devidamente reguladas pelo Banco Central do Brasil, contas a receber de clientes e fornecedores.

31 de dezembro de 2023	Nota	Custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial								
Caixa e equivalentes de caixa	3	344	-	344	-	344	-	344
Contas a receber	4	182	-	182	-	182	-	182
Passivo, conforme balanço patrimonial								
Fornecedores	9	-	39	39	-	39	-	39
31 de dezembro de 2022								
31 de dezembro de 2022	Nota	Custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Total 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial								
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.654	-	1.654	-	1.654	-	1.654
Contas a receber	4	164	-	164	-	164	-	164
Passivo, conforme balanço patrimonial								
Fornecedores	9	-	53	53	-	-	-	53

22 Gestão de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento de gerenciamento de risco.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras da Companhia.

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por ativos emitidos por grandes bancos, tais como Itaú. Desta forma, a Companhia entende que para esses, não há risco de crédito, dado o rating que tais instituições possuem no mercado nacional.

Já o contas a receber são representados, substancialmente, pelos valores oriundos de aluguéis a receber que decorrem das atividades de locação de espaços da Companhia, cujo a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia entende que o valor contábil desses recebíveis representa a exposição máxima do crédito, uma vez que tais valores levam em consideração a política da Companhia de provisionamento, uma vez que cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da locação do espaço.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo, o CDI/Selic e o IGP-M, podem afetar positivamente ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência do aumento ou redução nos saldos de seus instrumentos financeiros.

A Companhia preparou uma análise de sensibilidade para demonstrar os impactos das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2023, conforme segue: (i) a taxa CDI/Selic em 12,75% a.a., com base na projeção do Banco Central do Brasil, obtida pelo Relatório de Mercado Focus – Bacen, de 03/03/2023.

A Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses.

Foram considerados decréscimos ativos de 25% e 50%, conforme abaixo e a análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

Indexador	%	25%	50%
CDI/Selic			

Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses

Ativos		Saldo Líquido em 31/12/2023	Cenário Provável	Decréscimo de 25%	Decréscimo de 50%
Aplicação financeira	CDI/Selic	-	-	-	-

31 de dezembro de 2022

Indexador	%	25%	50%
CDI/Selic	12,75%	9,56%	6,38%

Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses

Ativos		Saldo Líquido em 31/12/2022	Cenário Provável	Decréscimo de 25%	Decréscimo de 50%
Aplicação financeira	CDI/Selic	1.318	168	126	84

23 Outras informações

Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24 Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes a serem divulgados nessas demonstrações financeiras.